



Audiência Pública - Cota de Gênero, Violência Política de Gênero e Canais de Denúncia - Araripina

E corregedor regional eleitoral, neste ato representando o presidente do TRE de Pernambuco.

Desembargador eleitoral e ouvidor regional eleitoral, doutor Carlos Gil Rodrigues filho.

Desembargador eleitoral, desembargador Humberto Vasconcelos Júnior.

Ouvidora do Ministério Público de Pernambuco, doutora Lizandra Lira de Carvalho.

Juiz eleitoral da 84° zona eleitoral de Araripina, doutor Eugênio Jacinto Oliveira filho.

Presidente da OAB e subseção Araripina, doutor Jair Barbosa Júnior.

Delegada regional de Araripina, doutora CATiAna Muniz.

E Vereadora de Araripina, doutora Caligia Matheus.

Suas excelências, as senhoras e senhores.

Desembargador eleitoral substituto, doutor André Kaula.

Promotor da 84° zona eleitoral de Araripina, doutor Marcelo Ribeiro.

Presidente do partido dos trabalhadores de Araripina e comissão de direitos eleitoral de Araripina, Márcio Rodrigues Leite.

Vicepresidente da rede solidariedade de Araripina, Manoel Valmir.

Presidente do partido socialismo e liberdade, Bruno do Santos Silva.

Inicialmente daremos alguns avisos importantes para os quais pedimos a atenção de todas e todos.

Para registro de presença, contamos com a equipe de credenciamento na entrada do auditório, além de cartazes com QR Codes para leitura pelo celular.

Além dos QR Codes para leitura de presença haverá outros, o acesso aos relatórios que embasaram os dados.

A inscrição para a exposição oral para as pessoas que ainda não fizeram, lembrando que os pedidos serão analisados pelo ouvidor mediante o tempo disponível.

E, por fim, um QR Code para envio de elogios, sugestões ou reclamações sobre o evento.

Será enviado por email o certificado de participação com a carga horária do evento, até o dia 1 de abril.

Esta audiência está sendo transmitida ao vivo pelo canal oficial do TRE no YouTube e ficará disponível após o evento.

O registro de participação estará disponível através do link no canal.

Para conhecimento de todos e todas, este projeto está fundamentado nos objetivos de desenvolvimento sustentável número 5, igualdade de gênero, e número 16, paz, justiça e instituições eficazes da organização das Nações Unidas e nos macros desafios da Justiça Federal, são eles: Garantia dos



direitos fundamentais, fortalecimento da relação e enfrentamento aos ilícitos eleitorais.

Além disso está fundamentado também na Lei de acesso à informação e na Lei nº 14.192/2021, que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher e altera o código eleitoral, a Lei dos partidos políticos e Lei das eleições para criminalizar a violência política contra a mulher.

Para abertura do evento tem a palavra o vice-presidente corregedor regional eleitoral, o desembargador cândido Saraiva, representando o presidente.

>> Muito boa noite a todos e a todas.

Cumprimento os integrantes da mesa e todos presentes nas pessoas do eminente desembargador Barcellos, que atuou nas eleições de 2022 e continua dando uma grande contribuição ao nosso Tribunal.

Experimento igualo igualmente com muita ênfase o eminente desembargador ouvidor do **notivP** nosso Tribunal, que vem levando a todo o estado a cota de gênero.

Essa acolhedora e efetiva muito forte economia de Araripina.

É uma enorme satisfação e enorme senso de responsabilidade que nos reunimos aqui hoje em Araripina nesta Audiência Pública para discutir questões fundamentais relacionadas à participação das mulheres na política, um tema caro para toda a Justiça Eleitoral e a sociedade nacional.

Nos últimos anos avançamos em muitos aspectos, mas ainda enfrentamos uma diminuta representatividade feminina na política.

As mulheres representam mais da metade da população brasileira, mas sua presença nos cargos eletivos é desproporcionalmente baixa.

Segundo dados do TSE mulheres, entre 2016 e 2022 o Brasil teve em média 52% do eleitorado constituído por mulheres, 33% de candidaturas femininas e apenas 15% de mulheres eleita.

O fenômeno conhecido como teto de vidro ainda impõe obstáculos à ascensão das mulheres na política.

Essas barreiras são ainda mais difíceis transpor para as mulheres negras, com barreiras não que são evidentes no dia a dia, da estrutura partidária ou da nossa sociedade, mas que são facilmente identificadas por mulheres que buscam espaço na política.

A Justiça Eleitoral elegeu o tema da cota de gênero como uma prioridade, é fundamental garantir que os recursos destinados às campanhas femininas efetivamente cheguem a essas mulheres, e que elas tenham apoio para buscarem espaço nos cargos eletivos.

Esse é um tema que exige esforço das instituições e não há solução fácil, mas é essencial ouvir a população para identificar desafios, propor soluções e fortalecer a democracia, afinal, a democracia é o sinônimo da participação na vida pública de todos os segmentos da sociedade.



Reforço aqui com ênfase o compromisso do TRE Pernambuco com a igualdade de gênero na política.

Juntas e juntos podemos construir um futuro mais justo e representativo para todas e todos.

Muito obrigado e desejo uma excelente audiência a todos.

>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras do desembargador cândido saraiva.

Tem a palavra o ouvidor regional eleitoral Carlos filho.

>> Boa noite a todos e a todas.

Eu peço licença ao desembargador cândido saraiva que presidirá o Tribunal nas eleições deste ano para cumprimentar a todas e a todos na pessoa do doutor Diogo Barros, aqui presente.

Senhoras e senhores, é com satisfação que estamos reunidos para que em união de esforços tratemos de um tema tão importante para a sociedade e consequentemente para a Justiça Eleitoral.

A violência contra a mulher, dentre as inúmeras formas de se apresentar, também se faz no contexto eleitoral quando se impõe condutas com o objetivo de excluir ou de restringir atuações no campo político.

Por meio da ouvidoria o TRE já colocou à disposição canais de denúncia para qualquer pessoa, inclusive de forma anônima para o encaminhamento ao Ministério Público, de fatos também relacionados ao assunto.

Nós temos até termo de cooperação firmado para isso, entre o Tribunal e o TRT na política.

O tema é expressamente tratado na Lei das eleições, em seu artigo 10, parágrafo terceiro.

Esse dispositivo, ele não deixa dúvidas de que a finalidade da Lei é assegurar um patamar mínimo de candidaturas femininas numa busca pela correção da histórica deficiência da participação das mulheres na... na vida política do país, de forma que a Justiça Eleitoral vai acompanhar a formação de cada uma dessas chapas.

Então trazer candidatas não sinceras, essas fictícias, laranjas, fazendo existir só para constar, tem feito com que chapas proporcionais inteiras venham a ser cassadas, mas claro, desde que seja comprovada a fraude, mas em prejuízo inclusive de candidaturas que se fizeram de forma legítima, de forma genuína.

Porque essas também são cassadas.

Os processos de fraude à cota apreciados pelo colegiado do Tribunal trazem as mais variadas situações, seja na forma econômica ou estrutural e os indícios podem ser verificados de muitas formas conforme o painel.

Então são mulheres com votação zerada ou pífia, com ausência de atos de campanha, seja por rede social ou presencial, inexistência de propaganda impressa, pedido de voto para outro candidato, parentesco com outro candidato para o mesmo cargo, ausência de recebimento de recursos públicos



pelo partido ou distribuição que prioriza as candidaturas masculinas em detrimento das femininas, ausência de movimentação de recursos na campanha, não prestação de contas ou prestação de contas zerada, menor ou nenhum tempo de propaganda conferido às candidatas mulheres, entre tantos outros indícios, mas a presença de um único indício desse não leva certamente a um juízo de certeza quanto ao reconhecimento da fraude, mas sim o conjunto de alguns deles.

Não é só no âmbito da jurisprudência do nosso Tribunal, que a jurisprudência vem se **ForamZ** ando, todos os outros regionais eleitorais têm sedimentado seus entendimentos, além do próprio TSE, o Tribunal superior eleitoral que é muito rigoroso com o assunto.

Eu trago no dia de hoje, inclusive, a jurisprudência do TSE com dois julgamentos recentes, um de um mês atrás, analisando um processo de cota de gênero.

A sentença foi de improcedência.

O TRE do Espírito Santo manteve essa sentença, num cenário fático onde a mulher teve votação diminuta, pífia de 6 votos, não realizou atos de campanha e teve ausência de gastos de campanha.

Por esses três elementos conjugados o TSE de forma unânime deu provimento ao recurso especial e julgou procedente, a grosso modo dizendo, e caso sou toda a chapa.

Outro exemplo que eu trago, cuja publicação se fez em 11 de março, também muito recente, um outro precedente do TSE, onde a sentença foi de improcedência, o TRE do estado, no caso aqui o Pará, reformou a sentença e veio a cassar toda a chapa, num cenário fático, num conjunto de indícios diferentes do caso anterior.

Nesse caso aqui a mulher teve votação zerada, não apresentou prestação de contas e não promoveu atos de campanha.

O TSE também unânimemente manteve a decisão do TRE casos sou toda a chapa.

Por mais que estejamos fomentando um incentivo da participação da mulher na política, há casos em que as próprias mulheres compactuam com cenários fraudulentos.

São hipóteses que elas aceitam se candidatar com vistas a obter um benefício econômico, uma vantagem indireta.

O Tribunal tem prestado atenção nessa participação e trabalhado para que as providências recaiam sobre todos os envolvidos.

A questão é essa: Inserir mulheres dentro de grupos, e pessoas do gênero feminino, autoriza a intervenção da Justiça eleitoral com vistas a um tratamento que as coloquem em situação par o atira com relação aos homens numa busca de igualdade de condições, nada além disso.



Por isso hoje estamos aqui, para ouvir, para promover o tema, direcionar os partidos, os candidatos e candidatas e atestar que a elas seja conferida muita atenção por parte da Justiça eleitoral.

Muito obrigado, gente.

>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras do doutor Carlos Gil.

Convidamos a ouvidora do Ministério Público de Pernambuco, doutor Lizandra Lira de Carvalho.

>> Boa noite.

Gostaria de cumprimentar a mesa na pessoa do desembargador cândido saraiva, vice-presidente do Tribunal regional eleitoral, hoje representando o presidente.

Cumprimento também todas as senhoras, todos os senhores e peço licença para cumprimentar de uma forma especial meu colega Promotor de Justiça, aqui de Araripina, o doutor Marcelo Ribeiro homem.

Que nos prestigia também nesta noite.

Fiquei bastante feliz quando tomei conhecimento da iniciativa do Tribunal regional eleitoral de Pernambuco de uma forma mais específica da iniciativa do ouvidor eleitoral do Tribunal regional eleitoral, o desembargador Carlos Gil filho, que nos deu conhecimento de que pretendia realizar estas audiências públicas para tratar de uma temática tão importante, principalmente pelo fato de que se aproximam as eleições municipais.

Recebi o convite com alegria de uma forma geral e recebi com mais alegria o convite para estar aqui em Araripina nesta noite.

Porque já tive na minha carreira profissional, a oportunidade e a experiência de ser também promotora de Justiça aqui em Araripina, durante cerca de 1 ano e 9 meses entre 2005 e 2007.

Foi um período de crescimento e de aperfeiçoamento profissional e também tive experiências bastante proveitosas, residindo distante do Recife, mas com outras características tão valorosas também do povo pernambucano e do povo sertanejo.

E nesta noite, por que estou aqui? Sou promotora de Justiça, mas atualmente exerço a função de ouvidora do Ministério Público de Pernambuco.

Acredito que os senhores e as senhoras, de um modo geral, tenham conhecimento que a ouvidoria é, digamos, a porta de entrada para o contato com as instituições.

Então o desembargador Carlos Gil, aqui do meu lado, ele como ouvidor do TRE, recebe diversas demandas, manifestações, elogios, críticas, da população.

E da mesma forma como ouvidora do Ministério Público, os senhores devem ter recebido ou tiveram a oportunidade de receber na entrada este folheto, nós



da ouvidoria do Ministério Público recebemos as manifestações também dos cidadãos de todo o estado.

Inclusive deixamos ali na entrada, deixamos também alguns folhetos aqui na promotoria, se alguém não tiver a oportunidade de receber hoje ou souber de algum parente, de algum familiar que queira ter acesso a esses canais, também pode procurar a promotoria.

E esses canais, para que eles servem? Justamente para esse contato, para que a população possa procurar o Ministério Público, em relação à várias áreas de sua atuação.

Questões envolvendo o direito à saúde, o direito do consumidor, questões do patrimônio público, de Meio Ambiente, de poluição sonora, e também, que é o que vamos destacar nesta noite, questões envolvendo matéria eleitoral.

Como foi dito, há um termo de cooperação que foi firmado entre o Tribunal regional eleitoral e o Ministério Público de Pernambuco como também com o Ministério Público eleitoral, e há um compartilhamento dessas informações, de modo a aperfeiçoar e garantir a regularidade das eleições.

Nesta noite, a pedido do meu colega ouvidor do TRE, vou tratar de uma forma mais específica de uma novidade para estas eleições municipais.

Serão as primeiras eleições municipais em que já estará em vigor o artigo 236 B do código eleitoral.

E o que é este artigo? É um crime atualmente existente que trata justamente da violência política de gênero.

E o que é que ele diz? Ele diz que é crime assediar, constranger, humilhar, perseguir, ameaçar por qualquer meio candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo utilizando-se de menosprezo ou discriminação, a sua condição de mulher, a sua raça, cor, etnia, para impedir ou dificultar a campanha eleitoral ou o desempenho do mandato eletivo.

Li de uma forma rápida e vamos agora tentar detalhar um pouco.

Várias condutas estão previstas, o assédio, o constrangimento, a humilhação, a perseguição ou a ameaça.

Por qualquer meio, ou seja, por meio da palavra, quer seja falada ou escrita, por meio de gestos, por meio das redes sociais, da internet, dos aplicativos.

Quem pode ser a vítima deste tipo de crime? Tanto a candidata, ou seja, a partir do registro de candidatura, como também pode ser vítima aquela mulher que já desempenha um mandato eletivo.

É necessário também para esse crime se configurar que seja utilizado de menosprezo ou de discriminação a condição da mulher, a sua cor, a sua raça, a sua etnia, ou seja, a sua origem.

Então digamos, pode ser vítima uma deputada nordestina, pelo fato de ser nordestina, como também de outras regiões do país sendo destacada essa característica específica.



Para que esse crime venha se configurar, é necessário também que ele seja praticado com a finalidade específica, de impedir ou de dificultar, tanto a candidatura, no caso das mulheres que ainda estão como candidatas, quanto desempenho do mandato.

É importante dizer que qualquer pessoa pode praticar esse tipo de crime.

Ou seja, uma outra mulher também pode ser autora desse delito.

E o legislador, inclusive procurou proteger a mulher colocando uma causa de aumento, se esta mulher tiver mais de 60 anos, se ela for deficiente ou se ela estiver grávida.

E, na prática, como poderíamos citar exemplos? Exemplos seriam, por exemplo, aquelas situações em que há uma candidata, mas não lhe é assegurado um tempo de fala.

Não lhe são assegurados recursos financeiros para candidatura.

Quando a fala dessa candidata ou mesmo da detentora de mandato eletivo, ela é constantemente interrompida, também quando existem ameaças, sejam elas expressas, veladas ou a divulgação de fatos que em tese podem prejudicar a reputação daquela mulher candidata ou que já está no exercício do mandato.

Seria, por exemplo, o caso da divulgação de fotos íntimas, de dados pessoais, de emails, de imagens, ainda que sejam montagens.

Também um outro exemplo no caso das mulheres que já detém um mandato eletivo, seriam aquelas situações em que elas são excluídas de debates, são impedidas de compor comissões, de serem líderes de partidos.

Pelo que nós verificamos e já conversamos anteriormente, a iniciativa do TRE é uma iniciativa de caráter eminentemente educativo e preventivo.

Ou seja, ninguém deseja que esse tipo de situação venha a ocorrer, quer em Araripina, quer em outro município aqui de Pernambuco.

Mas se essas situações vierem ocorrer, se os senhores e as senhoras tomarem conhecimento, podem e devem denunciar, tanto à ouvidoria do TRE quanto à ouvidoria do Ministério Público, e isso de forma identificada, de forma até mesmo anônima ou se identificando e pedindo sigilo.

Muito obrigada.

>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras da doutora Lizandra Lira.

Registramos e agradecemos a presença de Maria Suzana do nascimento, presidente do PSOL de Araripina.

Neste momento convidamos a Vereadora do município de Araripina, doutora Caligia Matheus.

>> Boa noite a todos.

Quero cumprimentar aqui o vice-presidente do TRE de Pernambuco, desembargador cândido Saraiva, em nome dele cumprimento todos os homens aqui na mesa.

Cumprimentar a ouvidora do Ministério Público, doutora Lizandra, na qual eu tive o prazer de saber que já esteve aqui na nossa cidade como promotora.



É um prazer conhecê-la.

Em nome dela cumprimento também a nossa delegada, doutora CATiane, e a todos aqui presentes.

Nós falamos aqui em relação às leis.

Eu acho que... acho não, tenho certeza que a melhor pessoa para falar em relação, quando se fala de leis, vocês, os juízes, desembargadores, mas para falar da vivência, eu como Vereadora, eu acho que melhor que eu para falar impossível.

Até porque vim, hoje sou Vereadora depois de ter meu esposo Vereador.

Então todas essas situações, maior parte dessas situações citadas aqui, eu quero dizer que eu sofri isso.

Primeiro por acharem que eu só era candidata a Vereadora, por ser esposa de um então Vereador, que hoje é nosso vice-presidente de Araripina, e até conseguir mostrar às pessoas que eu realmente como mulher tinha a capacidade de estar ali, de ser candidata e ser eleita.

Fui eleita, uma das coisas que eu não gosto de mencionar, mas vale mencionar.

Eu fui eleita e fui a Vereadora mais bem votada do último pleito.

E, assim, para mim foi uma honra.

Claro que naquele momento tinha o então meu esposo Evilásio, que era Vereador, e claro que com isso vamos lembrar que ajudei ele a chegar a esse ponto de Vereador e vice-prefeito, porque nós mulheres temos isso, a gente consegue sim, através ali por trás, ali do lado, a gente consegue ajudar a mudar, a mudar vários sentimentos e visões que o homem tem dentro da política.

Então hoje sou Vereadora e a minha visão de esposa de Vereador e Vereadora mudou muito.

E desde que eu cheguei, primeiro foi na rua, pedindo aquele voto na minha campanha, e depois dentro da Câmara, que quando cheguei na Câmara de Vereadores não tinham entendido que quem era Vereadora era CaLígia, e desde o primeiro momento que foi para a eleição da mesa não vieram me pedir voto.

Vieram pedir voto para o meu esposo Evilásio.

E eu disse: A Vereadora aqui sou eu.

A Vereadora sou eu, você tem que se reportar a mim.

E isso... esse foi meu primeiro momento na Câmara, minha primeira dificuldade.

E aí eu fui começando a vencer, porque pude mostrar que eu estava lá como Vereadora e a Vereadora era CaLígia, a Vereadora não era meu esposo.

Se falando em cota de gênero.

Eu não... eu vou dizer que não acredito, não gosto da ideia, porque isso não me sinto valorizada com isso.



Quando fui candidata, quero dizer que quando você se candidata, você... ninguém tem garantia de eleição, mas a gente sabe as condições que você tem de chegar lá.

E quando você se candidata por uma pressão de um partido para cumprimento de uma Lei, você se sente... você se sente mal, você vai se sentir usada, a mulher se sente usada.

Se nós tivemos que ter uma cota de gênero, por que não criamos uma cota na cadeira, na... cada Câmara, seja das cidades, do estado, do Brasil, nós teríamos que ter, no mínimo, a princípio 10% daquelas cadeiras que tinham que ser com mulheres.

Porque aí sim, aí sim essas mulheres, elas iriam, eu estou indo para competir de igual para igual.

A princípio.

Mas eu não entraria... eu não entraria numa candidatura só para cumprir.

Quero dizer não que faria isso.

Eu acho isso constrangedor, você submeter a mulher a isso, isso não é você dar o direito a ela, você não está dando direito a ela, você não está valorizando, você não está respeitando.

Então a princípio o mínimo que deveria ser feito, 10% em cada Câmara, em cada... seja municipal, estadual, federal, aí sim, aí nós estaríamos sim valorizando as mulheres.

Acho demagogia esse 30%, porque você pega algumas mulheres e chega para se candidatar, não tem o voto, não faz campanha, e elas acabam sendo, como já disse, constrangedor.

Então se tem que fazer, se tem que valorizar, vamos fazer direito, vamos... eu acho que é um **ins** último /* insulto à inteligência da mulher fazer isso.

É o que eu acho.

Eu acho que tem que ser diferente.

Vamos realmente dar vez e voz para a mulher de igual pra igual.

Não é, gente? Eu acho que é por aí.

Não adianta nós estarmos aqui falando, é cansativo quando chega dia internacional da mulher, falar da valorização das mulheres, falar a respeito... então eu acho que isso tem que acabar, a gente tem que realmente efetivamente procurar algo que a gente possa ser de igual para igual.

Hoje mulheres, até as mulheres mesmo, elas não votavam em mulheres, hoje passaram, as mulheres passaram a votar nas mulheres.

E não é por ser só mulher, claro que nós temos que mostrar competência, temos que mostrar o nosso trabalho, as nossas ações.

E é isso, gente, eu acredito que tem que ser mudado, não tem que ser só palavras, é só utopia, valorizar, valorizar e, no entanto, não ter algo realmente efetivo para que a gente possa dizer que o lugar de mulher é onde ela pode chegar e ela quer.



Então uma boa noite e muito obrigada.

>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras da doutora CaLígia Matheus.

E convidamos o desembargador... Júnior para se pronunciar.

>> Boa noite.

Boa noite.

Viva! Eu quero em primeiro lugar agradecer a oportunidade que me é dada por Sua Excelência, o eminente vicepresidente e corregedor do Tribunal regional eleitoral, meu querido amigo cândido saraiva, também meu querido amigo Carlos Gil, desembargador e ouvidor dessa casa de Justiça.

Eu quero ratificar os cumprimentos à mesa, na pessoa da doutora Vereadora, e dizer que eu concordo integralmente com a fala de Sua Excelência.

Quero fazer algumas pontuações no entorno dela.

Eu trabalho com a justiça há 40 anos, ininterruptos, porque assim que eu me formei fui ser defensor, na época não era defensor, era assistente do Judiciário do estado, e logo depois ingressei na magistratura, onde já estou há 35 anos.

E o nosso serviço basicamente é de ouvir.

E ouvindo, a gente desenvolve todos sentimentos, às vezes antagônicos.

Um é o de não ter ouvidos de ouvir.

E o outro é o ouvir com ouvidos de ouvir, ver com olhos de ver, e sentir com pele de sentir.

É a virtude da alto rido, de se colocar no lugar do outro que está falando.

E o trabalho na magistratura é essencialmente você se colocar no lugar do outro para poder acertar no sentido de dar a cada um o que é seu, e aí vem a figura da balança para isso.

É a percepção do que você tem do fato, costurado com os limites da Lei, do processo e a construção de Justiça com o objetivo de atingir harmonia social.

Quando a gente chegou no TRE, no biênio passado, estava em voga um volume gigantesco de processos, que ainda existe.

Discutindo a questão de cota de gênero.

É muito trabalhoso isso, porque infelizmente nós detectamos, desde esse desdém ou essa submissão, essa omissão de direitos, até a fraude eleitoral ou a fraude no processo eleitoral.

Isso cansa muito uma justiça que é muito cara para todos nós, porque é Guardian da democracia, é ela que grita a plenos pulmões e a todas as consciências que o voto tem que ser livre, e consciente das pessoas, isso é valiosoíssimo, é o momento que o cidadão pode e deve exercer a sua vontade livremente, aquilo que está na sua alma, aquilo que está na sua cabeça, ele vai via dizer: Eu quero fulano para ajudar a resolver os problemas da minha cidade, do meu estado e do meu país.

Então é uma justiça que tem essa dimensão gigantesca e que se preocupa e se ocupa.



Às vezes as pessoas pensam que a Justiça Eleitoral só funciona de dois em dois anos.

Cadê nosso diretor geral, está aí? Ali, ó.

Esse homem não para, um minuto.

Quando fecha a página de uma eleição, antes de fechar já abriu outra.

Todo os servidores do Tribunal eleitoral, inclusive nós que lá estamos, é um contínuo, é uma obra tão gigantesca você elaborar um processo para aferir a vontade do eleitor com liberdade e consciência, que às vezes a gente pensa que não vai dar tempo, só que sempre dá tempo, graças a Deus.

Então nessa caminhada nossa nós desenvolvemos essa alteridade, enquanto Justiça Eleitoral, e nos incomodamos muito com os episódios que julgamos.

E é a todo instante, nós preocupados com essas ocorrências que são... que são rotineiras.

E aí, o desembargador Carlos Gil, com a imensa capacidade de percepção que ele tem, propôs ao Tribunal essa oportunidade de levar um... um recado ou uma conversa pedagógica, mas também com o tom de advertência.

Já passou muito da hora, e aí eu me alinho com o discurso da nossa doutora Vereadora CaLígia, de nós focarmos no substantivo que é igualdade.

O sistema de cota é uma tentativa de igualdade.

Mas ela não é uma igualdade em si.

Até o sistema de cadeira no parlamento é uma tentativa de igualdade, é uma igualdade, mas ela não pode não espelhar aquele sentimento da população, afinal de contas eu sou obrigado a votar em metade e metade.

Quando eu falo nessa igualdade, ela é superior até o próprio gênero, é uma igualdade de oportunidade a todo os seres humanos em primeiro lugar e a todos os eleitores.

Porque a maioria dos eleitores também tem capacidade de ser eleito, cada um dentro do seu grau e do seu passo de acordo com a Constituição.

Então igualdade passa a ser uma substância que nós da Justiça eleitoral buscamos.

Igualdade prescinde de adjetivo.

Nem é de etnia, nem é de gênero, nem é de condição social, nem é geográfica.

Igualdade é igualdade, pronto.

Igualdade é igualdade e pronto.

E quando a gente fala de igualdade nessa raiz, a gente quer que todos tenham a mesma oportunidade de saúde, educação, escola, segurança, mobilidade, e que todos adquiram a autonomia e a liberdade para decidir.

A mulher diz assim: Eu quero ser candidata.

Vou me filiar ao partido, eu tenho um grupo de mulheres da minha igreja, da minha associação que me incentivaram a isso, e eu tenho Direito Constitucional de concorrer, lógico que vai ter as prévias do partido, vai ter toda uma construção, e quem sabe a... o gênero não seja maioria.



E daí? Maravilha.

Mas o difícil é entrar isso na cabeça de toda a sociedade, e nós já estamos ficando velhos.

É aquele problema antigo que permanece vigorando e até hoje a gente luta e grita para que todos tenham os direitos fundamentais igualmente no nosso país.

Então o meu verbo é nessa igualdade com autonomia que atinge a liberdade.

Nosso esforço todo é trazer esse recado, essa discussão para ela ir amadurecendo e fertilizando nossas mentes e nossos corações, para que a gente enxergue no outro, independente de qualquer classificação que ele tenha, o que foi escrito, por exemplo, numa declaração de Direitos Humanos depois da sanha assassina que foi a primeira e a segunda guerra, quando o homem acordou e disse: Nós estamos nos matando impunemente.

Nós estamos praticando horrores.

Nós ressuscitamos a crueldade e a barbaridade da cidade média.

Recentemente vimos um episódio nas terras do oriente médio, essa barbárie retornando.

Então chega.

A carta de Direitos Humanos... expressou que todos nós somos iguais e devemos ter nossos direitos garantidos.

Então não é um grito, porque nós não vamos fazer um grito, mas é uma exclamação por isso.

Que a gente pare para pensar enquanto sociedade e dê oportunidade a todos, independente do adjetivo que eventualmente venham a ostentar.

Então eu parabeno à senhora Vereadora, parabeno ao Tribunal regional eleitoral na pessoa do meu... do meu vice-presidente, amigo, corregedor.

Eu já estive nesse biro, é um biro extenso e intenso, não é? E do desembargador Carlos Gil, e digo aqui com muita felicidade, que eu nunca tinha vindo tão longe em Pernambuco, apesar de toda essa quilometragem que eu tenho, mas não foi por implicância não.

Muito pelo contrário, eu adoro o sertão.

E quando eu cheguei aqui eu fiquei como uma mãe quando eu estava julgando o filho dela que cometeu um ato infracional grave, ela disse: Doutor, estou inédita com essa decisão do senhor.

Eu fiquei inédito com o que eu vi aqui nessa região toda, uma região extremamente rica, de gente trabalhadora, de gente altiva, de gente que acredita na região, que acredita nas pessoas.

Eu saio daqui reconfortado e satisfeito.

E como eu era desembargador no Tribunal de Justiça na Câmara regional que alcançava uma parte do interior, eu já estou pensando em voltar para o interior de novo.

Eu estou vitalizado.



Eu entendo o sorriso de doutor: Está satisfeito? Ele abriu um riso assim.
Nem evolui na pergunta mais.
Porque com muita felicidade que nós chegamos aqui e é na certeza de que todos vão contribuir com o esforço dessa audiência, que nós também nos despedimos.
Fraterno abraço em todos.
>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras do desembargador Humberto Vasconcelos.
E convidamos novamente doutora CaLígia para fazer um complemento.
>> Só para acrescentar uma situação.
Aqui em Araripina mesmo, nós tivemos um... tivemos um processo onde nós teríamos três Vereadores, por essa questão da cota de gênero iriam perder o mandato.
E entre eles teria uma colega, Camila modesto, eu acho que todo mundo conhece aqui, Camila modesto, Evandro e João doutor.
Eles por essa questão de cota de gênero iam perder, uma outra candidata por uma questão de... uma situação de uma campanha passada, ela não pode compor a chapa.
Com isso não conseguiu atingir os 30%.
E quase toda chapa ia perder o mandato.
E isso depois do quê? De dois anos já no mandato.
E é onde a gente fica assim: Qual seria essa justiça? Uma mulher ia perder o mandato por uma situação dessa.
E quando eu falo da questão dos 30%, eu acho assim: A mulher pode ter o direito, mas não o dever.
Chegar lá e brigar pelo direito de fazer parte, mas agora, ela ter o dever, ser constrangida em algumas situações, é isso que eu não concordo.
>> Perfeito.
Eu queria só fazer um comentário a respeito disso, que é justamente por isso que a gente luta pela igualdade como um todo.
E quando a gente tiver esse sentimento de igualdade mesmo, a gente não vai precisar de cota.
Porque igualdade não precisa de cota.
Se todos somos iguais, todos podem concorrer e todo mundo pode votar em quem quiser.
Infelizmente essas circunstâncias ainda nos acometem por conta de não existir esse conceito substancial de igualdade.
E dá muito trabalho a gente aferir isso tudo.
Não é? Dá muito trabalho.
Porque às vezes fica naquela coisa milimetricamente matemática, fica a discussão entre o legal e o justo dentro de uma matéria tão cara que é para todos nós, que é a democracia.



Mas compreendemos isso e o nosso verbo é também esse.

Vamos tratar todos com isonomia e igualdade para que todos tenham a mesma oportunidade.

>>[Mestre de Cerimônia]: Gostaríamos de registrar e agradecer a presença de Sandoval batista de Lima, Vereador de Araripina.

Neste momento convidamos doutora CATiAna Muniz, procuradorageral de Araripina para manifestação oral.

>> Em nome do desembargador cândido saraiva, cumprimento todos os homens presentes na reunião, em nome da doutora Lizandra Lira de Carvalho cumprimento todas as mulheres.

Inicialmente eu queria falar sobre a questão da... de parabenizar o Tribunal regional eleitoral em relação à interiorização das audiências públicas.

Porque isso é muito importante a gente trazer para o interior.

O interior às vezes, em todos os âmbitos, é um pouco esquecido.

Por conta da distância que Araripina é distante do Recife mais de 700 quilômetros, a gente vê que algumas coisas demoram a chegar aqui.

Inicialmente é isso.

Em relação à violência, a gente sabe que a violência eleitoral é mais um tipo de violência contra a mulher.

Porque na realidade a gente tem cinco tipos de violência doméstica que no dia a dia a gente combate com bastante efetividade.

Aqui na região do Araripina, não diferente do Brasil, a gente tem índices alarmantes de violência doméstica contra a mulher, e isso pode ser atestado pelo nosso excelentíssimo Promotor de Justiça, doutor Marcelo e doutor Eugênio aqui presentes, quase que diariamente a gente tem audiências de custódia em relação à violência doméstica, em sua maioria por lesão corporal e ameaça de morte.

Então a gente... a violência eleitoral é só mais um tipo com violência contra a mulher que a gente precisa combater.

E a gente vê que embora muita gente pense que é uma coisa antiga, mas pode olhar que é bem recente.

A convenção americana para a prevenção de qualquer tipo de violência doméstica, ela só foi feita em 1979.

E, no Brasil, apenas com a luta da Maria da Penha foi que foi possível a gente ter a 11.340/2006 que hoje muitas mulheres estão vivas por conta da Lei 11.340 e por conta das medidas protetivas de urgência.

Então eu me orgulho muito, desembargador, por ser uma das primeiras mulheres e comandar a regional do Araripina, sendo mulher.

Essa pauta da violência doméstica é uma pauta que eu luto bastante.

A gente está tentando aí conseguir a instalação da delegacia da mulher, foi criada por Lei no ano de 2012 na Comarca de uricuri e até hoje não saiu do papel.



E a gente tem a demanda bastante tanto em Araripina como uricuri. Quero aproveitar o momento para informar que também no processo de interiorização, no dia de amanhã, a secretaria da mulher do estado de Pernambuco, ela vai estar realizando duas ações, aqui no município de Araripina e também no município de urucuri. Essa operação visa justamente a prevenção e o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Então nós teremos aqui a presença da delegada coordenadora do estado, das delegacias da mulher no Estado, e vamos ter vários órgãos aqui da secretaria municipal de Araripina, da secretaria municipal de uricuri. Então nós vamos ter várias ações no dia de amanhã, aqui na cidade de Araripina na praça da igreja e na cidade de urucuri, na praça central, na instrução de inquéritos policiais e remessa em massa para a justiça. Nós fizemos um levantamento nas delegacias, nos inquéritos e nós vamos fazer uma remessa em massa nesse mês de março. Fazendo a nossa parte no combate da violência doméstica contra a mulher. Queria dizer que é muito importante, a gente valorizar a questão da mulher e da igualdade. Porque a igualdade, ela não adianta ser só uma igualdade formal. A gente precisa, desembargador, atingir uma igualdade material. Essa igualdade é que a gente busca no dia a dia. E a gente sabe que de um percentual de 10%, 30% no mínimo já sofreu algum tipo de violência. Não é? E a violência eleitoral, como eu já afirmei, é apenas mais uma. Então eu acredito que a colaboração de cada um e o chamamento à sociedade para discutir essa situação, também é uma forma de combater, a gente não combate violência doméstica só reprimindo. Porque se assim fosse, a Lei Maria da Penha, não sei se a maioria do que está me ouvindo sabe, mas é a 5º maior Lei do mundo considerada. E nós somos o quinto país que mais mata mulher no mundo. Então isso corrobora que não só a repressão vai combater a violência doméstica. Então é importante momentos como esse de discussão, de prevenção para que a gente consiga de forma efetiva combater todas as formas de violência doméstica, não apenas a violência eleitoral. Mas também a violência moral, a violência sexual, a violência psicológica, a violência... a lesão corporal, ou seja, todas as formas de violência também a eleitoral que a gente está discutindo nesse momento. Agradeço a todos e me coloco à inteira disposição. >>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras da doutora CATiAna Muniz, e convidamos neste momento o presidente da OAB, subseção Araripina, doutor João Barbosa.



>> Boa noite senhoras e senhores.

Saúdo a mesa em nome do desembargador cândido saraiva, também cumprimento o ouvidor, doutor Carlos Gil, desembargador eleitoral, doutor Humberto Vasconcelos, desembargador André Caula, desembargador eleitoral Felipe campos, doutora Lizandra Lira, o juiz, doutor Eugênio Jacinto, minha querida amiga, doutora CATiAna Muniz, Vereadora CaLígia Matheus, também cumprimento os colegas advogados e advogadas, que também se fazem presentes nesta Audiência Pública.

Bem, eu não quero esticar muito, porque eu penso, desembargadores, que um momento como esse é de mais escuta do que falar.

Então eu queria desde já destacar a grande boa vontade do nosso desembargador ouvidor doutor Carlos Gil, que de fato fez de tudo para esse evento estar acontecendo hoje aqui em Araripina.

E eu em nome da OAB Araripina, em nome dos advogados de Araripina, Trindade e... que compõe a nossa subseccional, a gente de fato se sente extremamente prestigiado em que o TRE se faça presente na vida de todos nós, já que o desembargador Humberto falou no início, a gente está acostumado de dois em dois anos, mas os trabalhos não param, desembargador.

Mas para a gente que está na ponta, eu sou muito sincero que a gente sente falta da presença estatal nas suas instituições para discussões como essa, que são importantes para o dia a dia de toda a sociedade.

E a gente é muito carente.

Então a gente precisa valorizar ações como essa, e até provocar que outras entrem no calendário permanente, ouvidor Carlos Gil, que possamos outros eventos como esse estar acontecendo.

Às vezes as pessoas não têm oportunidade de estarem presentes, é um dia de semana, a gente sabe que todos têm trabalho, se deslocam, estão em suas casas, mas é através de eventos como esse que a gente consegue mudar a sociedade, mudar o pensamento, instigo as mulheres a participarem mais da vida social, da vida política da cidade.

Então é de fato a OAB se sente extremamente prestigiada por estar presente nessa mesa.

E a gente também se coloca à disposição para estar participando na medida do possível.

Obrigado.

>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras do doutor... e convidamos para a manifestação oral Silvana de Souza Moura, secretária geral do PSOL de Araripina e também professora.

>> Boa noite a todos os senhores e senhoras presentes aqui.

Não vou citar nomes, porque de certa forma a gente anotou, mas esquece.

É assim, rapidão.



Mas em nome da professora Cida, nossa colega, também militante do PSOL, cumprimento todas as mulheres aqui presentes.

E todo os nomes em nome de todos os presentes.

É com muita alegria e satisfação que a gente também do PSOL recebemos o convite através do nosso presidente para estarmos presentes aqui nessa noite.

É importante que nós mulheres tenhamos conhecimento da nossa força, da nossa determinação e da nossa garra.

Não é? E que a gente faça com que nossos direitos, nossos espaços sejam respeitados.

Porque o que seria do homem se não fosse a mulher a partir da gestação? Ele nem estaria aqui.

Não é verdade? E de outras mulheres, porque a discriminação, esse... essa política de gênero, ela parte também de outras mulheres.

Então ela está inserida na sociedade como um todo.

E compete a cada um de nós, a cada uma mulher se fazer ouvir, não baixar a cabeça e nem calar sua voz.

Certo? A política de gênero é um fato, está aí e nós mulheres sentimos isso na pele.

Porém, temos que ter ousadia para mostrar que temos conhecimento e capacidade para ocupar qualquer cargo eletivo.

Nós temos que entender o seguinte: O primeiro passo eu quero, o segundo passo eu posso, e o terceiro é o fatal, eu vou conseguir.

Uma mulher empoderada, ela empodera outras mulheres.

Então que os nossos direitos sejam respeitados.

Porque lugar de mulher é na política, lugar da mulher em qualquer profissão e lugar de mulher é onde ela quiser.

Muito obrigada pela oportunidade.

>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras de Silvana Maria e convidamos Isabel de Lima Alencar, filiada ao PSOL e também professora para manifestação oral.

>> Eu quero cumprimentar aqui a mesa em nome da doutora CATiAna Muniz, tive o prazer de conhecê-la hoje, e também quero homenagear os homens aqui, não é? Em nome do senhor cândido saraiva, não é? Que foi falado no momento.

Anotei, mas não recordo.

Senhoras e senhores, eu sou professora municipal com muito orgulho, sou professora de vocação, já estou aposentada de um turno, CaLígia me conhece e eu ainda estou em sala de aula no outro turno.

Não me sinto cansada, me sinto uma jovem quando estou na sala de aula, porque eu acredito que é a educação que transforma.



Eu achei interessante aqui, CaLígia, eu observei aí a sua fala e a do outro senhor que coar concordou... que não concorda com a questão do... a questão do gênero, em ter a cota.

A questão da cota.

Aí eu digo a vocês, que são a maioria, estão todo aqui no biro, são da Justiça.

E eu digo a vocês: Senhoras e senhores, num país aonde não tem justiça social, não existe democracia.

Isso é para reflexão de todos da Justiça.

Não existe democracia sem justiça social.

Por que é que acontece a corrupção na política? Porque a justiça é morosa.

Porque talvez a senhora promotora lisoandorá Lizandra, não é? Desde 94 que eu luto por justiça no Brasil, e em especial em Araripina onde não tem justiça social não tem democracia.

Eu posso ser capaz, mas se a justiça não tiver a justiça social eu não consigo, porque existe a corrupção na política a partir do momento que uma mulher muitas vezes se corrompe na política, o fator financeiro existe muito no país.

É por isso que existe a cota, eu respeito a sua opinião, porque essa é a verdade do Brasil.

Não é fácil fazer política no país.

Os municípios estão se tornando currais eleitorais, compras e compras de voto é o que a gente percebe, é o que a gente vê.

Então enquanto não cortar isso daí, vai ser difícil uma professora como eu chegar a ser uma Vereadora, chegar a ser uma prefeita.

Por quê? É por que eu não tenho capacidade? É por que eu não tenho dignidade? Não, a questão da corrupção no país é gritante.

É gritante.

Eu como professora afirmo, porque desde 94 eu faço política, política partidária dentro de Araripina, já pedi voto para várias pessoas que foram prefeitos dentro de Araripina e Vereadores, e me decepcionei.

E eu até disse assim: Vou me afastar da política, não aguento mais, tenho dois rapazes, um advogado, e fala: Mainha, sai disso.

Mas eu não consigo.

Eu nasci com isso em querer o melhor para a sociedade.

E isso vem através da educação.

Nós temos de lutar, eu concordo também com a questão do gênero, da cota, mas primeiro a gente tem que trazer essa realidade, fazer diálogo com as mulheres, mostrar o que é que está acontecendo.

Porque você vende o seu voto você não tem direito de cobrar nada.

Então é muito triste.

O país, o nosso Brasil, infelizmente a realidade é essa.

Eu fico muito feliz em saber que a gente vai continuar do mesmo jeito.



E fico alegre por esse momento de estar perante a justiça do estado de Pernambuco, tendo a oportunidade de expressar meu sentimento como educadora, como mulher e pretendo, a professora Silvana me convidou.

Isabel, você não pode calar.

Volte para a política e vamos tentar ver o que a gente consegue, fazendo diálogo com as mulheres, porque não adianta você ficar revoltada esperando justiça num país injusto, num país aonde não tem justiça social.

Então essa é a minha fala para essa noite.

Dizer a vocês que um momento como esse poderia acontecer com um público maior para que as falas de vocês fossem ouvidas, que é de fundamental importância tudo que vocês falaram aqui.

Está bom? Então uma boa noite a todos.

E espero uma nova oportunidade.

>>[Mestre de Cerimônia]: Agradecemos as palavras de Isabel de Lima Alencar. E, na sequência, fará uso da palavra o ouvidor regional eleitoral, doutor Carlos Gil filho.

>> Gostaria de fazer dois registros, primeiro que ficamos muito felizes em aproximar o Tribunal da população e da classe política.

E o segundo registro que todas as falas serão incluídas no relatório da audiência que será publicado no prazo do edital.

Então é chegada a hora mais importante que é agradecer, agradecer ao desembargador cândido Saraiva, desembargador aqui ao meu lado do TRE, que nos dá totais condições na realização do evento que volto a dizer, presidirá o TRE nas eleições de 2024.

Agradecer ao desembargador Humberto Vasconcelos, cuja presença engrandece qualquer evento, ao desembargador André, ao desembargador Felipe Campos, a doutora Lizandra Carvalho, ouvidora do Ministério Público de Pernambuco, que com entusiasmo participa de cada Audiência Pública, agradecemos ao doutor Jair Hilário Barbosa Júnior, presidente da OAB de Araripina.

Muito obrigado por todo apoio, doutor Jair.

Muito obrigado.

Agradecer ao doutor Diogo Barros que tão bem nos res PIS **nou** no dia de hoje.

Muito obrigado.

Agradecer ao doutor Eugênio Jacinto, Juiz de Direito que tanto dignifica magistratura na região.

Ao doutor Marcelo Ribeiro, promotor eleitoral.

A senhora Lucila que gentilmente nos concedeu esse espaço.

A doutora Maria Amália Pires e doutora Elma Del**mondos**, e essa última me impõe saudades.



Agradecer ao senhor Sandoval, Vereador do município, a senhora Isabel de Lima Alencar, filiada ao PSOL e professora, a senhora CATiane Muniz, delegada da mulher de Araripina, muito obrigado por sua presença, doutora.

Ao senhor Márcio Rodrigues Leite, aqui presente, primeiro a chegar ao evento, presidente do partido dos trabalhadores de Araripina, muito obrigado.

Agradecer ao senhor Manoel Valmir Simeão, ali presente, vice-presidente do solidariedade aqui no município, o segundo a chegar ao evento.

Agradecer a senhora Maria Suzana do Nascimento, presidente do PSOL, ao senhor Bruno do Santos Silva, presidente do partido socialismo e liberdade.

Então eu gostaria de agradecer aos partidos políticos cuja presença e ausência serão anotadas em livro próprio.

Agradecer aos servidores e servidoras do TRE, hoje agradeço a Rayssa Rodrigues, chefe da ouvidoria, brilhante servidora e que a todos inspira.

Muito obrigado, Rayssa.

Agradecer as senhoras e aos senhores, eu peço a gentileza de veicular um pequeno vídeo da Justiça Eleitoral, em seguida eu passo a palavra ao nosso desembargador cândido Saraiva.

Muito obrigado.

>> Diferenças que ainda existem entre homens e mulheres na política.

Na prática, na participação, no tratamento, na representatividade.

Eu vou criar dez novas escolas! Que tal nova e muito bonitinha.

Não tem perfil para ser política.

Novo e muito bem apresentado, esse vai se dar bem na política.

>> Como eu já tinha apresentado, essa política pública vai fazer a diferença!

>> Como já disse, essa política pública vai ser o diferencial!

>> Que general!

>> Ele tem ideias inéditas.

>> Bota essa para cumprir cota de gênero, depois vê o que faz.

>> Nossa missão é eleger esse cara aqui.

>> Sua... se você não der o voto assim na assembleia eu vou atrás de você.

>> Queridíssimo Deputado, gostaria que considerasse o seu voto na assembleia, por favor.

Agradeço desde já.

>> Agradecer a participação de todos e registrar que o Tribunal Eleitoral Regional de Pernambuco procura com medidas dessa natureza a trazer apoio e incentivo à participação feminina na política.

Talvez com medidas dessa natureza nós viemos a reforma da nossa sociedade e termos uma democracia mais ampla e participativa.

Sem essa transformação nós não teremos efetivamente resultados.

Eu registro que as grandes caminhadas são feitas com pequenos passos, e são medidas dessa natureza que o Tribunal vem aqui ao sertão com muita



STN - Serviços de Estenotipia Ltda
stn@stncaption.com.br
Tel. (11) 4425-3744

www.stncaption.com.br

alegria, vendo tanta pujança, tanta coisa bonita, chuva até para alegrar o coração de todo mundo.

E que nos dá muita expectativa de termos um Brasil melhor e muito mais pleno. Então agradecer a participação de todos e declaro encerrada a Audiência Pública sobre o tema de cota de gênero, violência política de gênero e canais de denúncia.

Muito obrigado e boa noite a todos.